

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

"Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Universia Brasil, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2017, apresentamos patrimônio a descoberto no montante de R\$98 mil. Em 31 de dezembro de 2016, O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$162 mil. O prejuízo apresentado no exercício de 2017 foi de R\$939 mil (31/12/2016 - R\$2.034 mil).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2017		31/12/2016	
	Nota		Nota	
Ativo				
Ativo Circulante		2.048		344
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&20.e	1.281	32	
Contas a Receber		2	146	
Outros Ativos Financeiros		10	16	
Ativos Fiscais - Correntes	19.b	755	150	
Ativo não Circulante		451		1.297
Aplicações Financeiras	4&20.e	190	575	
Contas a Receber		22	23	
Depósitos Judiciais		51	57	
Ativos Fiscais a Compensar	19.b	128	554	
Outros Ativos		2	2	
Ativo Tangível	5	54	61	
Ativo Intangível	6	4	25	
Total do Ativo		2.499		1.641

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Universia Brasil, S.A. (Universia Brasil) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - 21º andar - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social:

(I) a prestação de serviços globais para as universidades, para particulares e/ou para corporações, visando disponibilizar objetos de formação e informação, cursos com ou sem certificação, todos os meios da informática, comunicações, telecomunicações, serviços de Internet, rodovias da informação, inclusive como provedora de acesso à internet, comércio eletrônico, serviços virtuais, qualquer transação virtual e quantos meios forem necessários para o adequado desenvolvimento do acima citado, além da administração gerencial, fornecimento de meios físicos e processos de produção e armazenamento, tanto elétrico quanto virtual e presencial;

(II) a participação na contratação eletrônica ou telemática como entidade certificadora autorizada;

(III) a intermediação, comercialização, distribuição e assessoramento nessa área de qualquer tipo de produtos e serviços destinados às universidades e aos particulares, por meio de suporte físico, eletrônico, informático e virtual;

(IV) a intermediação e mediação de qualquer atividade de distribuição, importação e armazenamento realizadas no mercado informático, eletrônico, virtual, internet, qualquer rodovia de informação ou qualquer uma de suas variantes já estabelecidas ou a serem estabelecidas no futuro, bem como serviços de publicidade, promoção, venda e distribuição em qualquer tipo de suporte eletrônico informático ou virtual; e

(V) a geração de receitas financeiras por meio da prestação de serviços de recrutamento e seleção de candidatos oriundos da comunidade universitária, através de plataforma WEB, desenvolvimento de software aplicativos e sistemas integrados de software, prestação de serviços de consultoria, comercialização de cursos de capacitação e realização de eventos presenciais e virtuais envolvendo atividades acadêmicas, desportivas, musicais e culturais, todos para empresas do mercado corporativo. Parte substancial dos serviços prestados pela Universia Brasil tem sido oferecida gratuitamente ao seu público alvo acima mencionado, sendo a continuidade normal de suas atividades operacionais mantida principalmente através de contribuições regulares de aumento de capital de seu acionista controlador, em complemento às receitas de prestação de serviços. A Administração está implementando um plano para o incremento das receitas de prestação de serviços de forma a reduzir a necessidade de aumento de capital. Como consequência, o resultado dos primeiros dois meses de 2018, já recompuseram o patrimônio líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2017.

As receitas da Universia Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 20.e.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Universia Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Universia Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 27 de março de 2018.

Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de dezembro de 2017

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes principais normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2017 e ainda não foram adotadas pela Universia Brasil são:

1. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não haverá impactos relevantes.

2. IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47)

Foi emitido pelo IASB em maio de 2014 e pelo CPC em 2016 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico da IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente - um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato - um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação - o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato - uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho - uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfetida.

Após análises realizadas, foi possível concluir que não haverá impactos.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável de ativos não financeiros;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber";
- "Depósitos judiciais"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$2.499 mil (31/12/2016 - R\$1.641 mil). Desse montante, destacamos para 2017, R\$1.281 mil em depósitos bancários e R\$883 mil por ativos fiscais correntes, em 2016, destacamos R\$575 mil por aplicações financeiras e R\$704 mil por ativos fiscais correntes.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores assumidos pela Universia Brasil na concessão de bolsas de estágio totalizaram R\$1.147 mil registrados em outros passivos. O total de provisões trabalhistas foram de R\$400 mil (31/12/2016 - R\$363 mil).

São Paulo, 27 de março de 2018

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Nota		Nota	
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	4.729	3.221	
Custo dos Serviços Prestados	12	(5.580)	(4.412)	
Resultado Bruto (851)		(851)	(1.191)	
Despesas Administrativas	14	(688)	(1.199)	
Despesas de Depreciação e Amortização	5&6	(40)	(38)	
Provisões (Líquidas)	8.a	(87)	(42)	
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	15	(12)	(3)	
Outras Receitas	16	772	355	
Outras Despesas	17	(96)	(54)	
Resultado antes do Resultado Financeiro (1.002)		(1.002)	(2.172)	
Receitas Financeiras	18	63	138	
Resultado antes da Tributação (939)		(939)	(2.034)	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	19.a	-	-	
Prejuízo (939)		(939)	(2.034)	
Nº de Ações (Mil)	10.a	2.739.013.991	475.680.658	
Prejuízo por Lote de Mil Ações (em R\$)		(0,0003)	(0,004)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Nota		Nota	
Prejuízo (939)		(939)	(2.034)	
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas -		-	-	
Resultado Abrangente (939)		(939)	(2.034)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
		31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Saldos em 31 de dezembro de 2015		51.219	(50.320)	899
Aumento de Capital	10.a	1.297	-	1.297
Prejuízo		-	(2.034)	(2.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		52.516	(52.354)	162
Aumento de Capital	10.a	679	-	679
Prejuízo		-	(939)	(939)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		53.195	(53.293)	(98)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Nota		Nota	
Atividades Operacionais				
Resultado antes da Tributação (939)		(939)	(2.034)	
Ajustes 100		100	77	
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões	8.a	87	42	
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	15	12	3	
Depreciação e Amortização	5&6	40	38	
Atualização de Depósitos Judiciais	16	(1)	(2)	
Atualização de Impostos a Compensar	16	(38)	(4)	
Variações em Ativos e Passivos 1.421		1.421	714	
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		385	624	
Redução (Aumento) em Contas a Receber		133	(141)	
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais		7	29	
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		6	(6)	
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais - Correntes	(141)	(117)		
Redução (Aumento) em Outros Ativos		-	34	
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	(56)	79		
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar	72	63		
Aumento (Redução) em Fornecedores	(109)	95		
Aumento (Redução) em Provisões	(7)	(31)		
Aumento (Redução) em Outros Passivos	1.131	85		
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais 582		582	(1.243)	
Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativo Tangível	5	(8)	(53)	
Aquisição de Ativo Intangível	6	(4)	-	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento (12)		(12)	(53)	
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital	10.a	679	1.297	
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento 679		679	1.297	
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa 1.249		1.249	1	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício 3&20.e 32		32	31	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício 3&20.e 1.281		1.281	32	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Nota		Nota	
Atividades Operacionais				
Resultado antes da Tributação (939)		(939)	(2.034)	
Ajustes 100		100	77	
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões	8.a	87	42	
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	15	12	3	
Depreciação e Amortização	5&6	40	38	
Atualização de Depósitos Judiciais	16	(1)	(2)	
Atualização de Impostos a Compensar	16	(38)	(4)	
Variações em Ativos e Passivos 1.421		1.421	714	
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		385	624	
Redução (Aumento) em Contas a Receber		133	(141)	
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais		7	29	
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		6	(6)	
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais - Correntes	(141)	(117)		
Redução (Aumento) em Outros Ativos		-	34	
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	(56)	79		
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar	72	63		
Aumento (Redução) em Fornecedores	(109)	95		
Aumento (Redução) em Provisões	(7)	(31)		
Aumento (Redução) em Outros Passivos	1.131	85		
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais 582		582	(1.243)	
Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativo Tangível	5	(8)	(53)	
Aquisição de Ativo Intangível	6	(4)	-	
Caixa				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social integralizado é assim representado:

Em Milhares de Ações						
31/12/2017			31/12/2016			
	Prefe-		Prefe-			
	Ordinárias	renciais	Total	Ordinárias	renciais	Total
De Domiciliados no Exterior	1.826.009.328	913.004.663	2.739.013.991	317.120.439	158.560.219	475.680.658

Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e no exercício:

Em Milhares de Ações				
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	26.293.515	13.146.757	39.440.272	51.219
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 29/01/2016	26.093.591	13.046.795	39.140.386	900
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 06/10/2016	264.733.333	132.366.667	397.100.000	397
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	317.120.439	158.560.219	475.680.658	52.516
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 30/01/2017	1.508.888.889	754.444.444	2.263.333.333	679
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	1.826.009.328	913.004.663	2.739.013.991	53.195

Em 31 de dezembro de 2017, a Universia Brasil apresentou patrimônio a descoberto em R\$98 mil Reais. A Administração da Universia Brasil avaliou a situação corrente e concluiu que a sociedade não apresenta risco de continuidade. Universia Brasil é uma empresa integrante do Conglomerado Santander e suas atividades estão vinculadas às estratégias do grupo, tendo atuação destacada na coordenação de todo o processo de recrutamento e contratação de jovens profissionais para o Conglomerado, dentre outras atividades.

b) Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.

11. Receitas Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receita Bruta	5.393	3.661
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 13 & 20.e)	4.640	2.976
Serviços de Terceiros (Nota 13)	753	685
Menos:	(664)	(440)
Cofins (Nota 13)	(347)	(224)
ISS (Nota 13)	(242)	(168)
PIS (Nota 13)	(75)	(48)
Receita Líquida	4.729	3.221

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas com Serviços de Terceiros (Nota 13)	830	314
Despesas com Pessoal (Nota 13)	4.750	4.098
Total	5.580	4.412

13. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Universia Brasil apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	5.393	3.661
Cofins (Nota 11)	(347)	(224)
ISS (Nota 11)	(242)	(168)
PIS (Nota 11)	(75)	(48)
Despesas com Serviços de Terceiros (Nota 12)	(830)	(314)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal (Nota 12)	(3.721)	(3.233)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal (Nota 12)	(1.029)	(865)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 14)	(100)	(223)
Despesas de Transporte e Viagens (Nota 14)	(84)	(308)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(504)	(668)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(15)	(13)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(25)	(25)
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões (Nota 8.a)	(87)	(42)
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas) (Nota 15)	(12)	(3)
Outras Receitas (Despesas)	676	301
Outras Receitas Financeiras (Nota 18)	63	138
Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados	(939)	(2.034)

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 13)	100	223
Transporte e Viagens (Nota 13)	84	308
Propaganda, Promoções e Publicidade (Nota 13)	197	308
Publicações (Nota 13)	106	123
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13&20.e)	117	117
Outras (Nota 13)	84	120
Total	688	1.199

15. Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, referem-se a perdas por não-recuperação no saldo da rubrica de contas a receber.

16. Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	134	-
Patrocínios e Doações	597	345
Atualização com Impostos a Compensar	38	4
Atualização de Depósitos Judiciais	1	2
Outras	2	4
Total	772	355

17. Outras Despesas

Em 2017, inclui, principalmente, impostos e taxas R\$60 (2016 - principalmente, impostos e taxas R\$15).

18. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito		
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nota 20.e)	61	138
Variação Cambial	2	-
Total	63	138

19. Ativos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação	(939)	(2.034)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente	319	692
Ativos Fiscais Diferido não Registrados sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL ⁽¹⁾	(300)	(645)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(19)	(47)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

⁽¹⁾ Os créditos tributários não foram constituídos pois não possuem expectativa de realização no curto e médio prazo. Os créditos não registrados em 31 de dezembro de 2017 montam em R\$15.710 (2016 - R\$16.013).

b) Ativos Fiscais Correntes

Os ativos fiscais correntes referem-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

20. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO/AGE da Universia Brasil, realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2017, no montante de até R\$1.500.

b) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração Fixa	653	301
Remuneração Variável	100	175
Outras	38	97
Total	791	573

Adicionalmente, no exercício de 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$183 (2016 - R\$92).

c) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Participação Acionária

A Universia Brasil é controlada pela Universia Holding, S.L. (Universia Holding) com sede na Espanha, que possui participação acionária direta de 2.739.013.991 mil ações (1.826.009.328 mil ações ordinárias e 913.004.663 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,99999% do capital social e o Banco Santander Brasil participa com 1 ação, equivalente a 0,00001% do capital social. A Universia Holding é controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha que é o controlador indireto da Universia Brasil.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.281	32
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 3)	1.281	32
Aplicações Financeiras	190	575
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 4)	190	575
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016

Resultado

Receitas de Prestação de Serviços	4.640	2.976
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 11)	4.640	2.976
Receitas Financeiras	61	138
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 18)	61	138
Receitas com Patrocínios	484	-
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	484	-
Despesas Administrativas	(117)	(117)
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 14)	(117)	(117)

⁽¹⁾ Controlada do Banco Santander Espanha.

21. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos e passivos contingentes (Nota 2.h).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Sergio Agapito Lires Rial

Conselheiros

Jamil Habibe Hannouche

Jaume Pagés Fita

Javier Sagi-Vela González

DIRETORIA

Diretor Superintendente

Anderson da Silva Pereira

Diretores Executivos

Manoel Marcos Madureira

Ronaldo Wagner Rondinelli

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas

Universia Brasil, S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Universia Brasil, S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Universia Brasil, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Receita com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as receitas da Instituição estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Santander Brasil.

Prestação de serviços não remunerados

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que parte substancial dos serviços prestados pela Instituição tem sido oferecidos gratuitamente ao seu público alvo, sendo a continuidade normal de suas atividades operacionais mantida principalmente através e contribuições regulares de aumento de capital de seu acionista controlador, em complemento às receitas de prestação de serviço.

Nossa opinião não está ressaltada em relação a estes assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.